

X LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

Relatório das Audiências concedidas à Associação de Agentes Funerários de Portugal

Aos catorze dias do mês de Janeiro e aos quatro dias do Mês de Março de dois mil e nove reuniu um Grupo de Trabalho em representação da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR), para receber em audiência a Associação de Agentes Funerários de Portugal (AAFP).

O Grupo de Trabalho da CAEIDR era constituído pelos seguintes Srs. Deputados:

- Rita Miguel (PS), Coordenadora
- Carloto Marques (PSD)
- Agostinho Lopes (PCP)

A Delegação da AAFP era constituída pelos seguintes elementos:

- João Barbosa (Presidente)
- Pedro Castilho (Vice-presidente)
- Jorge Marques (Assessor Jurídico)
- Representantes da Associação Nacional de Empresas Lutuosas (ANEL): Nuno Monteiro (Presidente) e Assessor Jurídico.

Assunto: *Problemas vividos no sector com a privatização da gestão de cemitérios e outros espaços semelhantes.*

Na primeira audiência, a senhora Deputada Rita Miguel deu início aos trabalhos, apresentando os Srs. Deputados presentes, saudando a delegação da Associação e explicando a metodologia da audiência, dando de imediato a palavra ao Presidente da AAFP, João Barbosa.

O Presidente da AAFP procedeu à entrega de documentação¹ e reiterou os problemas abordados na primeira audiência²: as questões de concorrência motivadas pela privatização da gestão de alguns cemitérios.

Após a recepção da documentação, e dada a sua extensão e complexidade, a Sra. Deputada Rita Miguel sugeriu a realização de outra audiência, após estudo do *dossier* entregue.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes concordou com a realização de uma próxima audiência tendo, no entanto, colocado algumas questões, nomeadamente relacionadas com o parecer da Autoridade da Concorrência, com o diálogo da Associação e as Autarquias envolvidas e sobre eventuais alterações recentes na legislação que enquadra o sector.

¹ A documentação entregue faz parte do espólio da CAEIDR e pode ser consultada em: <http://www.parlamento.pt/sites/COM/XLEG/6CAEIDRposRAR/Paginas/Actividades.aspx>

² Audiência realizada a 3 de Junho de 2008, podendo o respectivo relatório ser consultado na página internet da CAEIDR.

O Presidente da AAFP informou não haver informações novas quanto à legislação, quanto à Câmara Municipal de Gaia há processos a decorrer em tribunal que ainda não estão concluídos, nomeadamente contra o Presidente desta Associação.

A Senhora Deputada Rita Miguel agradeceu mais uma vez a presença da Associação dos Agentes Funerários de Portugal, tendo ficado assente a realização de uma nova audiência, após estudo da documentação entregue.

A 4 de Março de 2009, realizou-se nova audiência.

João Barbosa, Presidente da Associação dos Agentes Funerários de Portugal apresentou a delegação da AAFP presente, bem como os elementos representantes da Associação Nacional de Empresas Lutuosas. De seguida, e na sequência da documentação entregue anteriormente, deu conta de diversos problemas vividos por Associações do sector funerário, nomeadamente quanto à privatização da gestão de espaços cemiteriais e o papel da empresa Servilusa neste processo. Neste contexto, referiu o Decreto-Lei n.º 206/2001, de 27 de Julho, que *“Estabelece um conjunto de regras reguladoras do exercício da actividade das agências funerárias”*, que lhe veda essa actividade pelo facto de interferir com a concorrência, mas o qual considera ser contornado por empresas que se apresentam a concurso e subscrevem propostas e que são exclusivamente dependentes da Servilusa. Referiu ter conhecimento da presença da Autoridade da Concorrência (AdC) na CAEIDR e das informações prestadas pelo Presidente da AdC, com o qual informou terem, igualmente, reunido.

A Sra. Deputada Rita Miguel agradeceu as informações prestadas, nomeadamente sobre os avanços registados desde a primeira audiência, e passou de seguida a palavra aos Grupos Parlamentares.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes saudou a delegação e agradeceu as informações transmitidas. Considerou não existirem grandes desenvolvimentos quanto ao envolvimento da AdC para além do facto de estar a estudar a situação – o que já constitui um avanço, tendo sido alertada para os problemas inerentes ao arrastar do problema, e opinou que a AdC poderia tomar uma medida cautelar provisória, de carácter preventivo, e que a sua intervenção deveria permitir um rápido desfecho. Informou que o GP do PCP levantou a questão ao Sr. Ministro da Economia e da Inovação, em audição parlamentar, sem ter tido resposta. Enfim, considerou que os cemitérios constituem-se como monopólios naturais, pelo que se deveria criar uma situação de neutralidade dos diversos agentes envolvidos.

O Sr. Deputado Carloto Marques agradeceu os elementos transmitidos pela delegação presente. Deu conta de ter tomado devida nota das questões apresentadas, para posteriormente as transmitir ao GP e eventualmente deliberarem sobre eventuais acções a tomar.

A Sra. Deputada Rita Miguel recordou que na sequência da audição da AdC em sede da CAEIDR, se apercebeu que o Presidente da Autoridade está ao corrente do assunto. Deu conta do acompanhamento do assunto, por parte do GP do PS, considerando que se não houver uma resposta dentro de um prazo razoável, o GP deliberará sobre eventuais acções a tomar e que delas

dará conhecimento à AAFP. Enfim, solicitou que quaisquer novos elementos fossem enviados à CAEIDR.

Jorge Marques, assessor jurídico da AAFP, recordou a reunião tida com a AdC e o interesse e compreensão demonstrados pelo seu Presidente. Acrescentou já terem tido uma segunda reunião para prestarem esclarecimentos e que poderão voltar à AdC para uma terceira reunião.

Nuno Monteiro, Presidente da ANEL, deu conta da queixa apresentada por esta Associação à AdC e a resposta recebida sobre a inexistência de abuso de posição dominante. Manifestou a sua satisfação pela sensibilidade demonstrada pelos Srs. Deputados. Acrescentou que, no caso específico de Lisboa, os problemas sobre a concessão da gestão dos espaços começaram com a gestão das Capelas (antes dos espaços cemiteriais e fornos crematórios).

O Presidente da AAFP recordou que o enquadramento legislativo vigente obriga ao enterramento ou cremação, pelo que considera que este deveria ser um serviço gratuitamente prestado pelo Estado, evitando gastos decorrentes da actividade privada (que se orienta para o lucro), nomeadamente pela imputação de custos acrescidos às famílias e, conseqüentemente, para o Estado, pelo facto de a Segurança Social reembolsar uma parte das despesas. Nesse sentido, solicitou a intervenção da CAEIDR no sentido de fazer alguma coisa para legislar sobre esta matéria. O assessor jurídico da AAFP deu, ainda, conta da dificuldade de diversas funerárias em fazerem marcações em Capelas cuja concessão pertence à Servilusa. Deu, ainda, conta de diversas disparidades de preços ocorridas nos serviços prestados pela Servilusa e por outras empresas.

A Sra. Deputada Rita Miguel questionou os presentes como é que a Servilusa angariava clientes tendo preços bastante mais elevados que a concorrência.

O assessor jurídico da AAFP informou que, em diversos locais, não existe oferta alternativa à da Servilusa, e que em Lisboa existe um conjunto de Capelas preferencialmente procuradas – e relativamente às quais que as pessoas estão dispostas a pagar um preço superior – e no âmbito das quais a Servilusa oferece serviços adicionais. O Presidente da AAFP recordou, adicionalmente, que não existe liberdade de escolha do local de enterramento (pelo facto de serem aplicadas sobretaxas sempre que uma pessoa é enterrada em local diferente da freguesia de residência). O assessor da ANEL chamou, igualmente, a atenção para o facto de se ter alertado a Igreja para este processo.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes considerou que o problema reside no facto de quem gere os espaços ser, simultaneamente, parte interessada no processo, levantando um problema de concorrência, pelo que deveria existir uma regulamentação que assegurasse o livre acesso de todos os interessados.

A Sra. Deputada Rita Miguel informou os presentes que o Presidente da AdC se deslocará à CAEIDR no mês de Abril, altura em que poderá ser questionado sobre a presente matéria, considerando ser importante aguardar pela posição oficial da AdC sobre esta questão. Relativamente à questão levantada sobre os enterramentos gratuitos, considerou ser uma questão que poderia eventualmente, ser tratada.

O Sr. Deputado Carloto Marques deu conta do acompanhamento feito à questão, deixando o compromisso pessoal que questionar as autoridades competentes sobre a matéria.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes considerou que as preocupações apresentadas constarão, seguramente, do relatório a apresentar pelo Grupo de Trabalho à CAEIDR, e que os GP actuarão em conformidade. Sugeriu, ainda, que as Associações presentes poderiam fazer chegar à CAEIDR um memorando sobre o assunto.

A Sra. Deputada Rita Miguel informou que, para além do eventual pedido de informação da CAEIDR à Comissão parlamentar competente sobre a alteração legislativa anteriormente referida, as Associações poderiam enviar uma Petição à Assembleia da República.

Nada mais havendo a tratar, a Sra. Deputada Rita Miguel deu por terminada a audiência.

Lisboa, 4 de Março de 2009.

A Deputada Coordenadora,

Rita Miguel

Nota: Relatório aprovado na reunião de 05 de Maio de 2009.